

PSICANÁLISE E CONFLITOS DE TERRA: UMA HISTÓRIA DO MST- CE

Psychoanalysis and land conflicts: a history of the MST - CE

Iara Fernandes Teixeira¹

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Karla Patrícia Holanda Martins²

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado da autora a respeito da participação da comunidade no desenvolvimento emocional de crianças sem-terrinha do MST – CE nos anos 1990. O marco histórico de início do MST no Estado do Ceará se dá na ocupação ocorrida na madrugada de 25 de maio de 1989 nas Fazendas Reunidas São Joaquim, entre os municípios de Madalena e Quixeramobim. Nesse sentido, nosso objetivo é apresentar esse percurso histórico privilegiando os aspectos subjetivos nos conflitos por terra a partir da psicanálise. Nos valem do método descritivo aplicado à pesquisa bibliográfica, mas lançamos sobre esse material bruto uma leitura analítica a partir de Freud e Eliane Domingues. Observamos então, que a relação do sujeito com a terra no meio rural pode ser extremamente idealizada e ufanista, embebida em sentidos teológicos e na vulnerabilidade produzida pela ausência do Estado.

Palavras-chave: Conflitos de Terra. Identificação. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Abstract

This work is a part from the author's doctoral research on community participation in the emotional development of landless children from the MST – CE in the 1990s. The historical milestone of the beginning of the MST in the State of Ceará occurred in the early hours of May 25, 1989, in the Fazendas Reunidas São Joaquim, between the cities of Madalena and Quixeramobim. Based on this, our objective is to present this historical trajectory, emphasizing the subjective aspects of land conflicts from the perspective of psychoanalysis. We use the descriptive method applied to bibliographic research, but we launch an analytical reading of this material based on Freud, Eliane Domingues, Mirian Debieux Rosa and Maria Rita Kehl. From this we observe that the relationship between the subject and the land in rural areas can be extremely idealized and nostalgic, steeped in theological meanings and in the vulnerability produced by the absence of the State.

Keywords: Identification. Land conflicts. Landless Workers Movement.

¹Universidade Federal do Ceará; Psicóloga, Mestra e doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Vidal de Limoeiro (FAVILI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8319835347682210>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9734-658X> E-mail: fernandesteixeiraiaara@gmail.com

²Universidade Federal do Ceará; Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0785051938150248>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3242-6287> E-mail: kphm@uol.com

1. Introdução

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa na fronteira das ciências humanas com viés qualitativo, descritivo quanto aos objetivos definidos. Todos os materiais foram recolhidos por meio de pesquisa bibliográfica de artigos em torno dos descritores “psicanálise” e “MST”, na SciELO e de livros e capítulos. Todas as citações de falas são provenientes de trabalhos já publicados (Campos, 2014; Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020).

Com base nesse contexto, nos questionamos quais os processos subjetivos envolvidos em situações de conflitos de terra a partir da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Ceará MST – CE? Na esteira da resposta a essa pergunta, nos concentramos em analisar a história do MST – CE por meio de autores como Freud (1913/1996; 1921/1996) e Domingues (2004). Como objetivos específicos elencamos: a) descrever os processos históricos da consolidação do MST – CE em uma breve linha do tempo (entre 1989 e 1999); b) discutir os processos subjetivos descritos na literatura a partir da psicanálise.

Sob as ameaças a que estão submetidas as populações rurais desde a colonização, o campesinato encontrou nos movimentos sociais por reforma agrária um espaço para fazer ecoar a demanda por justiça e igualdade no campo, sobretudo a partir da organização e da fé. Encontraram um modo de sobreviver, amar e trabalhar em meio a tantas violências, nos dizeres de Barros (2013, p. 20): “Neste Brasil contemporâneo, ser e agir como Sem Terra em luta é uma das principais maneiras que os camponeses encontraram para construção de suas histórias”. Fazer Reforma Agrária, nesses termos, é tão somente um ato de justiça social para os homens e mulheres que vivem em áreas rurais, permitindo-os existir com dignidade.

2. Metodologia

A metodologia é um espaço espinhoso quando se trata de pesquisa em psicanálise. Nesse sentido, segundo Ferreira (2018), a pesquisa em psicanálise precisa se adaptar aos diferentes cenários que é convocada a estar. Quando tratamos de temas que envolvem a cultura e um discurso dominante, além da metapsicologia, a discussão com os componentes do laço social que também fazem marca nesse processo se torna primordial (Rosa; Domingues, 2010).



Este estudo se caracteriza como uma pesquisa com viés qualitativo, de revisão narrativa, descritivo quanto aos objetivos. Todos os materiais foram recolhidos por meio de pesquisa bibliográfica de artigos em torno dos descritores “psicanálise” e “MST”, na SciELO e de livros e capítulos. Todas as citações de falas são provenientes de trabalhos já publicados (Campos, 2014; Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020). De acordo com Rother (2007, p. 5)

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. [...] Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.

Ou seja, selecionamos um recorte da tese que privilegia contar uma história do MST – CE a partir de textos específicos, com relatos de pessoas que vivenciaram a primeira ocupação e a imissão de posse da terra, com base nos processos subjetivos experimentados à época. É uma escolha intencional e fortemente marcada pela aproximação da autora com o campo estudado, deixando de lado uma certa pretensão de neutralidade. Nesse sentido, apresentamos a seguir nossos resultados a partir da análise dos artigos e capítulos.

3. Resultados e Discussões

Na obra “Quando os assentados chegaram”, o professor Marcos Paulo Campos (2014) remonta a história da consolidação do MST no Estado do Ceará, por meio de entrevistas com militantes históricos e as famílias que trabalhavam para o dono das terras antes da ocupação. Esses nomes ajudaram a organizar a primeira grande ocupação do Estado na madrugada do dia 25 de maio de 1989. Segundo o autor, a formação do movimento social no Ceará está inteiramente ligada às condições socioeconômicas e políticas da região Nordeste e do Semiárido cearense no fim dos anos 1980 (Campos, 2014).

Em Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço, o geógrafo e cientista social Josué de Castro (1984) destaca que existia uma diferença importante nas condições que promoviam a situação de fome e insegurança alimentar nas diferentes regiões do país. A começar pela forma como os territórios foram explorados durante o processo de colonização e as características dos biomas que determinavam quais



matérias-primas poderiam ser extraídas de cada local e a organização política que se derivaram das disputas nesses espaços.

Segundo Castro (1984) a região Nordeste possuiu duas frentes de exploração de recursos pela coroa portuguesa, dada a extensão territorial da região e suas particularidades geográficas/ambientais – a área dominada pela cultura açucareira e o sertão. Este último é descrito pelo autor como uma área de economia transitiva, em que havia abundância durante a quadra chuvosa e fome durante os períodos de seca. A princípio, a economia da região estava inteiramente baseada na monocultura açucareira (Morissawa, 2001), mas conforme as áreas de exploração seguiam os principais rios da região, as primeiras fazendas de criação de gado para corte foram se instalando (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014).

Em meio a essa organização político-econômica, a economia cearense se organizou, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII a partir da pecuária e sua industrialização com foco na comercialização de carne bovina. A renda gerada por essa atividade econômica, em sua maioria ficava com os grandes proprietários de terra, comerciantes e exportadores da carne. A maior parte da população cearense sobrevivia da pecuária e agricultura de subsistência (Cunha, 2020).

Como Josué de Castro (1984) já pontuava as secas intermitentes prejudicavam de tempos em tempos essas atividades econômicas. Assim, outras fórmulas e produtos foram sendo explorados como formas de fortalecer o desenvolvimento e a posterior autonomia administrativa da Capitania do Ceará em relação a Capitania de Pernambuco. Dentre esses, o mais profícuo foi o algodão que a partir de um tímido início nos anos 1770, foi se estabelecendo como uma cultura rentável para os latifundiários cearenses na transição para o século XIX (Cunha, 2020).

Dessa forma, dentre os períodos de seca que influenciaram a história, sobretudo da formação do MST – CE, destacamos: 1877 -79; 1900, 1915, 1919; 1932; 1958; 1979-83; 1987; 1990; 1992-93; 1997-98; 2002-03; 2012-16 (Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, s/d.).

As chamadas Fazendas Reunidas de São Joaquim (24 mil hectares) pertenciam ao General Wicar de Paula Pessoa e estavam localizadas no município de Madalena, na divisa com Boa Viagem e Quixeramobim, na região conhecida como Sertão Central do Estado do Ceará. Campos (2014, p. 67) caracteriza as populações e os regimes de trabalho vigentes à época como:



Populações de origem camponesa, [...] submetidas à moradia, ao colonato, à peonagem, ao foro, à meia, à parceria e ao arrendamento como forma de reprodução social no contexto da concentração de terra e do domínio oligárquico dos proprietários. [...] A situação fundiária aliada às adversidades climáticas (semiárido) e à ausência de incentivos creditícios e técnicos à pequena propriedade configurou um ambiente de vigência do chamado trabalho de sujeição na economia rural nomeado de moradia.

Com base no entendimento de que o patrão, que é o latifundiário, ocupa a posição de maior poder nesta microssociedade, ele determina todas as funções e regimes de trabalho a serem exercidos em suas terras e domicílio. Ou seja, tudo o que o trabalhador rural “recebe” é um empréstimo que deverá ser pago, pois tudo pertence ao patrão (Campos, 2014). É impressionante como o processo de subjugação também opera sobre a organização psíquica dos camponeses, moldando-a. Alguns dos entrevistados pelo professor relatam lembranças saudosas dos “tempos do patrão” antes da ocupação.

Segundo Morissawa (2001), embora o MST já estivesse consolidado em outros Estados, até 1988 o Ceará não havia conseguido de forma autônoma a aproximação com o movimento social, para que se organizassem as primeiras ocupações. Ainda assim, os trabalhadores enfrentavam muitas dificuldades, pois já não chovia como antes e a produção ia diminuindo. O regime de moradia, fazia com que daquilo que se plantava só retornasse o alimento para a subsistência mínima. Famílias inteiras passavam fome, visto que não conseguiam a variabilidade e nem o mínimo de calorias necessárias para que pudessem se nutrir (Morissawa, 2001; Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020).

Os governos Estadual e Federal só organizaram esforços coordenados e médio e longo prazo para o combate às consequências da seca a partir de 1979 (Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, s/d.). Até a constituição de 1988, o que se tinha de legislação voltada para uma perspectiva de Reforma Agrária era o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), decretada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Antes de 1988, as ações de mobilização popular por auxílios e políticas públicas contra a fome e a seca no semiárido eram organizadas por movimentos de leigos ligados à Teologia da Libertação. Nas palavras de D. Maria Lima, no livro de Godinho, Gonçalves e Vicente (2020, p. 110):



Eu tinha um rádio da minha vizinha, que eu assistia. Aí, quando eu assisti a uma fala dos bispos (porque toda vida eu procurava mais ponto de religião para ouvir), os bispos estavam no retiro, todos. Eles estavam fazendo avaliação: “O povo está morrendo, as crianças não estão resistindo, está morrendo muita gente de fome. Vai haver uma marcha, que o povo não vai aguentar, o povo vai sair, vão lutar, o povo vai sair para as ruas”. [...] Pronto, eu botei isso na cabeça, não me esqueço daquela vida. Foi quando foram despachados para todas as dioceses os missionários, que saíram pra vir ajudar o povo nas comunidades (Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020, p. 110).

Essa aproximação é muito importante, pois os Agentes de Pastoral (organizadores e articuladores das ações da Igreja) conheciam a realidade das famílias, sobretudo após a construção de Pastorais e movimentos criados especificamente para a atuação no meio rural. O centro da Igreja Católica na cidade se estabeleceu quando o Concílio Vaticano II estabelecia a chamada “opção pelos pobres” (Silva, 2014). De acordo com Campos (2014, p. 59), este último termo

[...] traduzia-se em práticas de cunho popular e religioso, inspiradas nos textos bíblicos, que buscavam alternativas ao sistema político-econômico considerado opressor na formação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essas são sempre evocadas nas memórias dos sujeitos da primeira ocupação de terra do MST no Ceará, como espaços onde a contestação, por estar imersa em práticas religiosas, podia ser feita num contexto de repressão violenta.

Sob esse aspecto, a cultura de mobilização popular promovida pelas CEBs no Brasil, é colocada como uma forte influência na organização dos trabalhadores, sobretudo no campo (Stédile e Fernandes, 1999), mas também nas cidades pela reabertura política e por direitos básicos.

Em 1985 ocorreu o 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Curitiba – PR. Por indicação da Agente da Pastoral da Terra, irmã Tereza, Maria Paz Pereira, mais conhecida como Dona Maria Lima é uma das primeiras pessoas que vão à Curitiba participar do Congresso do MST (Godinho, Gonçalves e Vicente, 2020). Nessa ocasião acertou-se o envio de dois militantes experientes que pudessem organizar uma primeira ocupação e estabelecer uma organização para o MST no Ceará (Campos, 2014).

Godinho, Gonçalves e Vicente (2020) registram a euforia de Dona Maria Lima com a concretização de sua luta e a emoção de suas palavras nos remetem ao que ela sentiu quando viu toda a mobilização se materializar.



A chegada aqui, nós vínhamos preparados. Aí, quando nós chegamos ali, estava Fátima Ribeiro, estava Zé Rainha. Nós vínhamos todos trazendo ferramentas: as enxadas, foices, picaretas, essas coisas, dentro de um saco. E uns pratinhos, umas panelinhas, uns traziam alguma coisinha: um feijãozinho, uma farinhazinha. [...]. Nós descemos ali na estrada, veio pau de arara [transporte] do Canindé, Chorozinho, Quixadá, Quixeramobim, Choró, só não veio aqui da nossa cidade [Madalena] [...] (Godinho, Gonçalves e Vicente, 2020, p. 118, inserção minha).

Embora os riscos fossem grandes, os homens e mulheres que entraram nas Fazendas na madrugada de 25 de maio de 1989, pouco ou nada tinham a perder. Pelo contrário, muitos vislumbravam como Dona Maria Lima o alcance da terra prometida, um presente de Deus para eles depois de tanto sofrimento na terra dos outros. Nas palavras da liderança:

Nós chegamos mais para aquela pontinha da parede do açude ali, nós passamos por cima para vir pra cá. Tinha dois [militantes] em pé, com facão, todos com facão e disse: 'A comunidade é aqui'. Apontou para uma mata, a mata fechada. Ele disse: 'Eu já fiz a vareda, agora vai um em um'. [...] Quando chegamos no canto aonde era para fazer o acampamento, ele disse: 'É aqui mesmo! Vão botando as coisas no chão, e vamos começar a trabalhar!' Isso parece que foi o Zé Bastos que disse, se não me engano. Aí [ele]: 'As mães vão ficar com as crianças, por enquanto' (Godinho, Gonçalves e Vicente, 2020, p. 118-119).

A partir do relato de Lima, no livro de Godinho, Gonçalves e Vicente (2020) fica evidente que para quem já havia consumido anos na luta pela sobrevivência, a possibilidade de possuir a terra para a dignidade de ser e de ter algo, inclusive para poder partilhar, significava muito. Em Psicologia de grupo e análise do Ego, Freud (1921/1996) destaca o fenômeno da identificação como um traço fundamental para a organização de um grupo. Nessa perspectiva, um objetivo almejado ou uma característica partilhada entre os membros do grupo leva-os a um sentimento de pertença e de utilidade, como se esse ideal fosse o motivo primevo daquela reunião.

A esse respeito, Domingues (2004) ressalta que existem divergências a respeito da motivação das pessoas de se afiliarem a movimentos sociais tais como o MST. Em suas pesquisas, tanto a possibilidade de uma alternativa de sobrevivência digna pode se unir ou não a ideais revolucionários e conscientes do processo político-econômico por traz da luta. A autora nos ajuda a compreender o que a terra significa para aqueles que aderem as ocupações e engrossam as fileiras do movimento, no seguinte trecho:



Nas falas é possível perceber uma certa idealização da terra. Possuir um pedaço de terra – um lote, como dizem os sem-terra – pode representar muitas coisas: a possibilidade de autonomia, liberdade e fartura; o resgate das origens, de uma condição anterior vivida ou imaginada; a garantia de que os filhos possam se reproduzir como camponeses; a saída do sofrimento ocasionado pela instabilidade de não ter um meio de se livrar de condições aviltantes de trabalho, da exploração e da miséria. Esta visão idealizada da terra também está presente nos textos bíblicos, utilizados nas CEBs (Domingues, 2004, p. 183).

A mesma alegoria construída por Domingues (2004) é frequentemente resgatada por D. Maria Lima quando fala a respeito de sua motivação religiosa para se aliar ao MST. Para a idosa, a já citada opção pelos pobres se materializava na promoção da justiça social a partir da redistribuição de riquezas para que todos pudessem gozar de uma vida simples, mas digna, tendo seu “pedaço de chão” (Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020).

Nesse sentido, Campos (2014) descreve as falas de seus entrevistados como relatos repletos de teatralizações, com gestos efusivos e afetados em um tom épico-dramático. Para o autor reside nessas falas uma solenidade místico-religiosa, eu diria até mítica, no sentido freudiano (1913/1996), do mítico como a marca subjetiva da experiência que extrapola a apreensão da objetividade.

Decorridos três dias de acampamento, em assembleia os ocupantes organizaram um grupo para acampar na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Fortaleza, com o objetivo de pressionar o governo estadual a realizar a imissão de posse da propriedade. No período em que o grupo esteve nessa atividade, duas reuniões importantes marcaram as negociações. A primeira ocorreu junto a direção do instituto e outra diretamente com o governador, Tasso Jereissati, que garantiu que a polícia militar não iria intervir na ocupação, que haveria alimentação assegurada para as famílias e que a desapropriação da propriedade seria realizada em um processo célere (Campos, 2014).

A ocupação do INCRA, no mês de maio de 1989 foi coberta pela imprensa e correu sem incidentes de violência. Segundo Dona Maria Lima, “nós conquistamos a terra não foi brigando não. Foi rezando, cantando e mostrando coragem. Coragem, que nós somos filhos de Deus. Nós não é pra viver escravizado” (Godinho, Gonçalves e Vicente, 2020, p. 121). A liderança lembra-se, inclusive de ter composto vários versinhos de improviso que eram cantados a respeito da ocupação desde a chegada.



A seguir recortei um trecho, retirado de Godinho, Gonçalves e Vicente (2020, p. 120-121):

[Refrão]

Nós queremos é lutar por terra e pão!
Nós queremos é nossa libertação!

A 25 de maio/ nós fizemos a caminhada
Os irmãos todos unidos/ passo firme na estrada.
Cantando satisfeitos/ e animando a caminhada/
Com Jesus na nossa frente/ fazendo a Reforma Agrária!

Nós queremos é lutar por terra e pão!
Nós queremos é nossa libertação!

Meu Deus do céu/ tenha de nós compaixão/
Dos pobres trabalhadores/ que não tem terra, nem pão/
Vivendo escravizados/ nas fazenda do patrão/
Trabalhando a vida toda/ sem receber um tostão!

Nós queremos é lutar por terra e pão!
Nós queremos é nossa libertação!

Lá no nosso acampamento/temos organização/
Tem equipe de limpeza/ equipe de educação/
Equipe de segurança/ que impede os tubarão/
De entrar no nosso meio/ pra fazer destruição!

Nós queremos é lutar por terra e pão!
Nós queremos é nossa libertação!

Para os nossos companheiros/ vai a nossa saudação/
Vai um abraço bem forte/ vai um aperto de mão
Nós estamos aqui no INCRA/ esperando a libertação/
Pra chegar cantando/ com a vitória na mão!

Nas memórias da militante, a imissão de posse foi entregue três dias após os ocupantes deixarem o prédio da sede do instituto, cumprindo a promessa feita por Jereissati quanto a urgência do processo burocrático (Godinho, Gonçalves e Vicente, 2020). De acordo com Campos (2014) o resultado dessa primeira negociação, amistosa, promoveu a esperança de que o MST poderia se consolidar no Estado conforme fosse encontrando uma organização própria, como afirmou Fátima Ribeiro após a reunião com o governador.

O entusiasmo com o sucesso desse primeiro processo em termos da conquista das terras, levou a comissão provisória composta pelos dirigentes nacionais – Fátima Ribeiro e José Rainha –, a planejar novas ocupações o quanto antes. Uma delas se deu em setembro de 1989, em Canindé, na Fazenda Tiracanga. Segundo Morissawa



(2001), a UDR estava decidida a impedir a entrada das famílias e bloqueou cerca de 200 que se dirigiam a fazenda, na estrada. Outras 600 famílias, acabaram se estabelecendo em Itapiúna, na Fazenda Touros, na região Sertão Central. Estas últimas foram retiradas das terras, posteriormente e deslocadas para uma fazenda experimental em Santa Quitéria, no Sertão Central cearense.

4. Considerações finais

A origem desta proposta de pesquisa foi largamente inspirada pela orientação e pela análise pessoal. A respeito dessa última questão, a psicanalista e pesquisadora Viviane Silveira (2003), em sua dissertação de mestrado, destaca que o primeiríssimo momento da pesquisa é a análise, o que dela se decanta e nos convoca. Um outro chamado, foi feito ainda, a partir da leitura de “Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres Sem Terra do Ceará” (Godinho; Gonçalves; Vicente, 2020) que tão bem narra histórias de mulheres que construíram seu espaço e seu direito a partir da luta dentro do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – CE. A história delas evocou a minha própria, os percalços e aventuras dentro de alojamentos, assentamentos, comunidades, congressos, encontros e afetos.

Debruçar-se sobre o problema da reforma agrária brasileira não se resume a disputa de narrativas dentro de campos como o direito, a economia, a história, geografia, a agricultura, agronomia e subsequentemente os projetos de desenvolvimento de áreas rurais, a psicologia e a psicanálise tem muito a aprender e a contribuir com esse debate.

Os conflitos no campo representam um problema sério de segurança pública e a forma como a população acampada e assentada, assim como todos aqueles que sonham com um pedaço de terra organizam essas experiências deve ser um campo para a psicologia e a psicanálise.

Sob esse aspecto, observamos então, que a relação do sujeito com a terra no meio rural pode ser extremamente idealizada e ufanista, embebida em sentidos teológicos e na vulnerabilidade produzida pela ausência do Estado. Quando retornamos a ideia de identificação proposta por Freud (1921/1996) em Psicologia de grupo e análise do Ego facilmente compreendemos o que Domingues (2004) descreve



como uma identificação direta com a terra. Como se o “pedaço de terra” seja a peça que finaliza um quebra-cabeças, desse sentido a experiência do sujeito no meio rural.

Referências

BARROS, Monyse Ravena de Sousa. **Os sem terrinha: uma história de luta social no Brasil (1981-2012)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa de Pós-Graduação em História Social (Dissertação de Mestrado em História Social), 2013, 228f. Recuperado em 12 de abr. de 2022 de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7096>

CAMPOS, Marcos Paulo. **Quando os assentados chegaram**. Fortaleza: Edições INESP, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 10 ed., 1984. (Originalmente publicado em 1939).

CUNHA, George Henrique de Moura. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. Salvador: **Rev. de Desenv. Econ.**, Ano XXII, v. 3, n. 47, 2020, p. 211-240. DOI: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v3i47.6850>

DOMINGUES, Eliane. A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise, **Rev. Psicologia Política**, v. 04, n. 08, 2004.

FERREIRA, Tânia., VORCARO, Ângela (Orgs.). **Pesquisa e Psicanálise: do campo à escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do Ego. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII., 1996. (Originalmente publicado em 1921).

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII., 1996. (Originalmente publicado em 1913).

GODINHO, Paula., GONÇALVES, Maria Adelaide., VICENTE, Lourdes. **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres Sem-Terra do Ceará**. São Paulo: Expressão Popular.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Barragem do Cedro nos monólitos de Quixadá (CE)**. Brasília: IPHAN/Ministério da Cultura. 2014. Recuperado em 22 de mai. de 2024 de <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/816>.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.



ROSA, Mirian Debieux., DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, 2010, 180-188. doi:10.1590/s0102-71822010000100021.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ. **Histórico**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará. Recuperado em 17 de mai. de 2024 de <https://www.srh.ce.gov.br/historico/#:~:text=Foram%20muitos%20per%C3%ADodos%20de%20seca,%2D03%3B%202012%2D16>.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista Enfer.**, v. 20, n. 02, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SILVA, Mara Natália Fernandes., SILVA, Marcos José Diniz. Fé e cidade: a Igreja Católica em Quixadá (CE) – de paróquia a Diocese (1950-2007). *In*: SOUZA, Jefferson Teixeira de., GURGEL, Luilma Albuquerque., LIMA, Ana Maria Pereira. (Orgs.). **II Coletânea de Trabalhos Monográficos da UECE**. Fortaleza: EdUECE, 2014, p. 76-98. Recuperado em 20 de mai. de 2024 de: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/coletanea.pdf>.

STÉDILE, João Pedro., FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 1999.